

40ª Reunião Ordinária

20 de junho, Mucuri, Câmara Municipal

MEMÓRIA**LISTA DE PRESENÇA**

Nomes	Instituição
1- Paulo Dimas Rocha Menezes	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Ricardo Montagna	2- Associação Cultural Arte e Ecologia / ASCAE
4- Lucélia Berbert	3- Instituto BioAtlântica / IBIO
5- Almir Requião	4- Manguezal Meu Quintal – Ilha de Itaparica
6- Helio Medeiros	5- Propágulos Prum Ambiente Ecologicamente Legal / PAPAMEL
7- Deraldo G. Souza Jr.	
8- Lausanne S. Almeida	
9- Ana Paula Pulito	6- Fibria
10- Carlos Benício da Silva	7- Suzano
11- Marcio Caliarí	
12- Adna Avancini	
13- Eunice Brito	8- Veracel
14- Pedro Cardoso	
15- Leilio Maximon	9- Secretaria de Meio Ambiente de Mucuri
16- Rodrigo Santiago Viegas	
17- Adriana Almeida O. Gutierres	
18- Waldir Graciano Paixão	10- Associação de Moradores de Oliveira Costa
19- Romildo Afonso da Silva	11- Associação Beneficente de Nova Caraíva / ASCBENC
20- Marilha Falcão	12- Parque Estadual de Itaúnas
21- M ^a Graças R. Depolo Bacelar	13- Associação dos Moradores de Costa Dourada
22- Célio R. C. Costa	
23- Vamberto Alves Souza	14- Câmara Municipal de Mucuri
24- Ivan Mendes Rodrigues	
25- Edmundo Guimarães	15- Associação de Guias de Porto Seguro
26- Fernando O. Firmo	16- Colônia de Pescadores Z-35

RESUMO EXECUTIVO

Pauta: temas debatidos

Síntese das deliberações

1. Compra de madeira plantada na APA Caraíva Trancoso pela Suzano (página 3)

- 1.1. Não existe decisão de compra até a reunião.
- 1.2. Caso a empresa decida pela compra, o Fórum Florestal convocará a plenária para reunião extraordinária, com pauta dedicada exclusivamente a este tema. A reunião não poderá ocorrer em Caraíva ou Nova Caraíva.

2. Carbono Florestal Regional (p. 4)

- 2.1. Continuidade da elaboração: apresentação da proposta para eventual integração de esforços com BRACELPA.

3. Manejo de espécies invasoras e fornecimento de madeira para artesanato (p. 5)

- 3.1. Tratar assunto no GT Integração: equacionar solução para acelerar o processo.

4. Áreas de Alto Valor de Conservação da Fibria, Unidade Aracruz (p. 6)

- 4.1. Encaminhamento dos questionários preenchidos pelos membros do Fórum Florestal aos certificadores, através da própria empresa.

5. Rota das barçaças da Veracel (p. 6)

- 5.1. Entrega da cartilha com os resultados do planejamento participativo da nova rota das barçaças aos membros da plenária, na próxima reunião do Fórum Florestal.

6. Estradas de acesso ao litoral: sinalização e redução de impactos (p. 7)

- 6.1. As empresas levarão para avaliação e resposta a plenária a proposta das organizações ambientalistas e comunitárias para acordo prevendo calha mínima de 30 metros para as estradas de terra que dão acesso ao litoral em todas as situações de interferência da silvicultura com a economia do turismo.
- 6.2. As empresas levarão também a proposta de interrupção do tráfego de veículos pesados nos períodos de tráfego mais intenso de turistas: de 20 de dezembro a 31 de janeiro, de 15 a 31 de julho, no carnaval, semana santa e feriados prolongados.

7. Afastamento de plantios no litoral (p. 8)

- 7.1. Fechado acordo para afastamento dos plantios: 300 metros das bordas de falésias e linha de preamar, válido a partir desta reunião — **íntegra do texto na página 9.**
- 7.2. O planejamento participativo de ocupação e uso do solo poderá ser integrado ao Plano de Manejo da APA Costa Douradas, iniciando-se após o período eleitoral.

8. Informes e resultados do GT Integração (p. 10)

- 8.1. O Grupo de Trabalho integrará as prioridades validadas pela plenária em três ou quatro linhas de atuação estruturantes, de acordo com afinidades temáticas oportunidades de financiamento.
- 8.2. Haverá contato do Secretário Executivo com as instituições certificadoras das empresas para verificação da viabilidade de inclusão do monitoramento dos acordos do Fórum Florestal na agenda de certificação das empresas.

9. Monitoramento da cobertura florestal – Suzano e Fibria (p. 11)

- 9.1. Apresentação dos resultados do trabalho financiado pela Veracel e da proposta de monitoramento da Suzano na próxima reunião do Fórum Florestal;
- 9.2. Reunião dos setores de geoprocessamento da Fibria, Suzano e Veracel para apresentação e eventual integração de metodologia.

10. Encontro de organizações do Fórum Florestal com Governo da Finlândia (p. 11)

- 10.1. Não houve deliberação da plenária sobre este tema.

11. Manejo de plantios para conectividade florestal (Veracel) (p. 12)

- 11.1. A Suzano chamará as outras duas empresas para alinhamento de metodologia de manejo diferenciado e cortes em mosaico, a ser apresentada no GT como base de novo acordo.

12. Palavra aberta e finalização da reunião (p. 12)

- 12.1. A secretaria de Meio Ambiente de Mucuri encaminhará para as empresa Fibria e Suzano um ofício contendo os custos e os benefícios do projeto balsa, com copia para o Fórum Florestal, o que deverá ser avaliado após o período eleitoral.

MEMÓRIA

20/06, QUARTA-FEIRA

Após a apresentação dos participantes à reunião, o secretário executivo relatou pedido da Veracel de alteração na ordem da pauta, com adiantamento dos assuntos a ela referentes, pois seus representantes não iriam participar até o fim da reunião. Em virtude da ausência temporária da empresa no início da reunião, a plenária optou por iniciar com os esclarecimentos acerca da compra de eucalipto na APA Caraíva-Trancoso pela Suzano.

1. Compra de madeira plantada na APA Caraíva Trancoso pela Suzano

O assunto, que já havia sido debatido no grupo de mensagens e abordado na última reunião do Fórum Florestal, foi retomado na plenária pelo representante da Suzano, que declarou que

a empresa não faria nada que fosse irregular ou ilegal e, por este motivo, aguardava a justificativa do proprietário e a avaliação do departamento jurídico. O Secretário de Meio Ambiente da cidade de Mucuri, convidado para esta reunião, sugeriu que, como o plantio está dentro da APA, após o corte não deverá ter mais plantio. O representante da Suzano argumentou que independente de comprar ou não, haverá reposição dos danos ambientais ocasionados. O secretário executivo lembrou que um grande desmatamento na “Mata do Cavallo”, onde se encontra este plantio, foi efetuado após 1993 e que haveria risco, para a empresa, caso houvesse a compra em área convertida, pois estaria caracterizado o crime ambiental. Sugeriu uma pesquisa com pessoas da comunidade – entre estas, Marola, grande conhecedor do que foi esta floresta nativa - para precisar a data do desmatamento, além de consulta às imagens de satélite dos anos 90.

O representante da Ascae afirmou que não se deveria fazer nenhuma negociação com o proprietário desta área, em virtude do seu histórico de atuação na região e das implicações políticas eleitorais decorrentes, uma vez que se trata de candidato em campanha para prefeito de Porto Seguro. Por sua vez, o representante da Suzano argumentou que a empresa assumiu o erro e que após a denúncia por parte do Fórum Florestal houve uma mudança no procedimento de compra de madeira. O representante da Coopplantar, questionado sobre qual o posicionamento da comunidade, afirmou que se a empresa comprar com o compromisso de reflorestamento da área com espécies nativas, a comunidade aceitaria. Falou ainda que grande parte da comunidade não entende de leis e ficaram aborrecidos com os representantes da cooperativa por terem feito a denúncia. A representante do Ibio perguntou se o interesse da comunidade é por causa da estrada. O representante da Coopplantar disse que para uma parte da comunidade se posiciona a favor da compra para melhoria da estrada, já que prefeitura não dá manutenção regular e que para fazer a terraplenagem foi preciso os comerciantes de Caraíva e Nova Caraíva pagarem o óleo diesel para as máquinas.

O secretário executivo lembrou que o dano ambiental não foi apenas na APP indicada, pois haveria também transposição de cursos d’água sem estrutura de drenagem — colocação de manilhas sob a pista — o que teria provocado alagamento da várzea a montante, com risco de mortandade da vegetação nativa. O representante da Suzano argumentou que a empresa fez apenas o “patrolamento” na estrada principal, o que não causaria este tipo de impacto. Afirmou ainda que, para instalação de manilhas, seria necessário um talude maior. Perguntado sobre o valor da madeira, disse não saber o valor exato, mas imaginava o valor próximo de R\$ 8 mil por hectare, sendo que o plantio foi feito em cerca de 90 hectares. O representante da ASCAE sugeriu que este recurso fosse utilizado obrigatoriamente para restauração da floresta nativa.

O secretário executivo propôs como encaminhamento que a Suzano apresente um estudo com imagens de satélite para verificar se o desmatamento foi feito antes ou depois de 93, além da realização de uma reunião extraordinária do Fórum Florestal, no caso da Suzano optar pela compra da madeira, com a presença de representantes do governo do Estado e da prefeitura de Porto Seguro. Acrescentou que a eventual reunião extraordinária não deveria ser feita em Caraíva ou Nova Caraíva para que esta não se transformasse em comício político, uma vez que o proprietário da terra é candidato a prefeito de Porto Seguro. A proposta foi aprovada pela plenária. Como esclarecimento adicional, a representante da Fibria garantiu que esta empresa não tem contrato nem nenhuma previsão de compra na região de Porto Seguro.

2. Carbono florestal regional

A proposta de um projeto regional de carbono florestal, desenvolvida no âmbito do Grupo de Trabalho do Fórum Florestal, foi apresentada pelo secretário executivo. A idéia inicial seria tomar como possível piloto o projeto do Corredor Ecológico Monte Pascoal Pau Brasil, certificado pela Aliança para o Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCBA, na sigla em inglês), para venda de créditos de carbono no mercado voluntário. A possibilidade de ampliação da área com certificação CCBA, incluindo todos os municípios do Extremo Sul da Bahia, seria complementada pela ampliação temática do projeto, com inclusão de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação), florestas produtivas e sistemas agrosilvopastoris. O projeto poderia financiar total ou parcialmente o fomento à produção de madeira para uso múltiplo e a mobilização de proprietários rurais, assentamentos e comunidades indígenas para produção florestal. Sobre a estratégia para alcançar os objetivos pretendidos, ressaltou a integração de sistemas de governança regional, com o Fórum Florestal, Subcomitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Mosaicos Florestais Sustentáveis, Corredores Ecológicos e as empresas florestais elaborando e gerindo coletivamente o projeto. A iniciativa complementar atividades em curso, como o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC /Projeto Arboretum, e BNDES Mata Atlântica, apresentados em reuniões anteriores do Fórum. O secretário observou que a restauração de áreas, mesmo com o TAC assinado pelo Ministério Público, é difícil de implementar em virtude do alto custo da restauração, em especial o da mão de obra especializada. O representante da Suzano argumentou que a lógica do TAC é fazer a restauração após a colheita, quando os proprietários estão capitalizados.

A representante da Fibria perguntou sobre a conversa do secretário executivo com a Fibria e a Suzano, em São Paulo, a respeito do crédito de carbono regional. O secretário executivo relatou as reuniões ocorridas em São Paulo, informando que tanto as empresas quanto a BRACELPA — Associação Brasileira de Celulose e Papel — têm interesse de elaborar um projeto piloto de carbono em florestas produtivas, que poderia ser abrigado no Extremo Sul da Bahia. O secretário executivo argumentou que o TAC coloca um problema para o critério de adicionalidade do carbono florestal, demandando um período de observação para que se tenha uma avaliação do percentual de adesão dos proprietários rurais e da efetividade das ações de restauração determinadas neste Termo.

O representante do Suzano emendou que quando o proprietário fala em restaurar não leva em consideração os custos totais, pensando apenas em isolar a área, sem levar em conta alguns problemas que podem surgir, como o vizinho soltar o gado na área ou roubo de madeira. O secretário executivo ressaltou que seria necessário o investimento neste projeto piloto de carbono de forma que este viesse a complementar a iniciativa do TAC no âmbito regional. O secretário executivo enfatizou que a crise econômica atual, que reduz o preço do crédito de carbono, pode demorar mas não deve durar para sempre e que, caso seja iniciada agora a elaboração do projeto de carbono, estaríamos um passo à frente de outras iniciativas quando o momento econômico virasse. A integração com o Programa BNDES Mata Atlântica e o TAC Arboretum promoveria complementaridade e ganhos de escala no que pode vir a ser um projeto de restauração florestal exemplar.

Para prosseguir neste caminho, houve uma combinação prévia de apresentar a ideia na BRACELPA no final de julho, de forma que fosse possível avançar na iniciativa com as empresas em agosto, a tempo de, eventualmente, incluir o projeto no orçamento de 2013. Após consulta, a plenária aprovou a proposta do Grupo de Trabalho sobre continuidade dos esforços para elaboração do Projeto Piloto de Carbono Florestal regional.

3. Manejo de espécies invasoras e fornecimento de madeira para artesanato

Em seguida foi abordado o tema da retirada de espécies exóticas das áreas das empresas, buscando substituição da madeira nativa retirada ilegalmente para utilização no artesanato regional. Foi observado que as empresas não possuem autorização para esta retirada, que já requisitaram ao INEMA — Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos — e que o CEPRAM — Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia — não reformulou sua resolução anterior, o que faz com que as empresas sejam obrigadas a aguardar pronunciamento do Estado sobre a matéria. O representante da Suzano afirmou que a empresa protocolou oito pedidos de retirada de espécies exótica, ainda sem resposta. A representante do IBIO concordou com a morosidade do Estado e citou como exemplo o pedido para retirada de jaqueiras de uma RPPN de 200 hectares, com um processo longo e ainda sem resposta. Houve deliberação que o assunto fosse tratado na reunião do GT, para equacionar uma solução que acelere este processo.

4. Áreas de Alto Valor de Conservação da Fibria, Unidade Aracruz

Foram apresentados pela empresa os conceitos e metodologia de determinação das Áreas de Alto Valor de Conservação, bem como o resultado inicial deste processo (apresentação em anexo). Em seguida foi aberto o debate, com esclarecimentos sobre o processo, seguido de consulta à plenária sobre a adequação tanto deste processo quanto dos resultados obtidos. A consulta foi consolidada através de questionários distribuídos pela empresa e preenchido por cada um dos membros presentes, resultando no encaminhamento posterior aos certificadores.

5. Rota das barcaças da Veracel

A representante da empresa começou a explanação enfatizando que foi realizado um trabalho de planejamento participativo, de Alcobaça a Belmonte, envolvendo todas as colônias de pescadores da região, as Reservas Extrativistas, o Parque Marinho do Recife de Fora e a 4ª Região da Marinha, com reuniões nos municípios envolvidos. Segundo ela, os pescadores sinalizaram quais os locais onde pescam e informaram suas preocupações sobre a questão da segurança no mar, tendo como resultado o mapeamento participativo de toda esta região marinha e pesqueira. Ela informou ainda que a Bahia Pesca definiu a área de pesca, mas os pescadores enxergam que ainda existe muito problema de segurança no mar. A Marinha estabelece em 4 milhas a área de pesca, porém os pescadores dizem que nesta região não tem peixes e vão mais além, até 50 milhas. Pontuou que a empresa pretende trazer o ministro da Pesca e a Bahia Pesca para definir qual a melhor solução para esta questão.

A representante de Costa Dourada aproveitou o debate para esclarecer uma dúvida sobre o avistamento de uma barcaça de eucalipto no litoral de Costa Dourada. A foto da embarcação foi tirada por uma turista e após um zoom na imagem foi possível ver que realmente se tratava de uma barcaça de eucalipto (imagem em anexo). A representante da Veracel solicitou aos presentes que ao observarem barcaças próximas ao litoral, ou qualquer situação anormal, anotem o horário, o local e informem à empresa, que tem sistema de identificação da barcaça por GPS e pode dizer exatamente se era barcaça e porque estava passando naquela rota. O Secretário do Meio Ambiente de Mucuri afirmou que Mucuri, no mês de julho, é um dos locais onde mais se avista baleias, relatando o aparecimento de uma baleia morta no litoral em 2009 e da suspeita então gerada sobre eventual acidente com uma barcaça. Quanto aos barcos pesqueiros, observou que, no município, os pescadores reclamam que não encontram mais peixe até 20 milhas da costa e que, ao navegar nesta distância, temem sofrer abalroamento. A

representante da Veracel ponderou que estas embarcações são pequenas e não estão preparadas para navegar tão distante da costa. Falou da necessidade de colocação do nome da embarcação nos equipamentos, pois em caso de acidente a Marinha chega, vê o nome da embarcação e sabendo para onde corrente vai fica mais fácil o socorro. O Secretário de Meio Ambiente notou que, havendo ou não proibição, estes barcos vão sair de qualquer jeito, pois se trata da sobrevivência de suas famílias.

A representante da Veracel informou que a questão das baleias é tratada diretamente com o Instituto Baleia Jubarte e que há mudança da rota no período de aproximação da costa; Detalhou a existência de duas rotas, monitoradas por este Instituto, e que a rota das barcaças passa bem longe; disse ainda que o Projeto Coral Vivo contempla os corais, o turismo e a prática de mergulho, e que a cartilha será útil para os pescadores utilizarem, além de saber onde pesca, onde não pesca, para ir ao seu órgão competente que tem diversas linhas de financiamento para investimento nas embarcações, afirmando que as informações contidas na cartilha serão disseminadas para o maior número possível de pessoas. Outro representante da Veracel observou que no litoral do Extremo sul acontece a transição da costa, onde a água quente da Bahia encontra a água fria do Espírito Santo, que as embarcações se aproximam da costa para pegar a corrente e que os portugueses vieram trazidos por estas correntes marítimas. A representante da Fibria ressaltou que foi realizada reunião com colônia de pescadores em Mucuri para tirar dúvidas sobre a rota e que a partir daí surgiu a demanda de conhecimento dos horários das barcaças e que o 1º mecanismo se deu através de consultas através da Internet. O secretário executivo perguntou se as rotas da Fibria e da Veracel se aproximam. A representante da Veracel informou que se aproximam num pequeno pedaço, no trecho limite entre Costa Dourada e Abrolhos. O secretário executivo aproveitou para sugerir que a Fibria faça um mapeamento semelhante ao elaborado pela Veracel.

Ao final do debate, foi informado que o resultado do mapeamento participativo será consolidado em uma cartilha, incluindo os assuntos da pesca, turismo, rota das baleias e rota das barcaças, a ser validado em uma última reunião com os participantes do processo. Foi deliberado que haverá a entrega da cartilha para os membros do colegiado na próxima reunião do Fórum Florestal.

6. Estradas de acesso ao litoral: sinalização e redução de impactos

O tema foi abordado após viagem e visita técnica do Grupo de Trabalho do Fórum (GT) ao município de Mucuri, para observação das estradas de acesso ao litoral em que se observa fluxo significativo de turistas em determinadas épocas do ano e das áreas de incidência do eventual acordo para afastamento dos plantios de eucalipto da linha de costa, temas já abordados em reuniões anteriores do Fórum Florestal. O secretário executivo abriu o debate relatando a percepção dos membros do GT quanto à dificuldade de orientação na “Estrada do Picadão”, que liga a BR 101 à região de Costa Dourada — problema se agrava na época da colheita — e o alto risco de acidentes em virtude da pequena largura da pista, da baixa visibilidade, do tráfego de veículos pesados e da poeira por eles levantada.

A primeira proposta de acordo possível foi a interrupção do transporte de madeira nas estradas de acesso ao litoral nas épocas de maior fluxo de turistas: entre 20 de dezembro e 31 de janeiro, na segunda quinzena de julho, nos períodos de carnaval, Semana Santa e feriados prolongados. O Secretário do Meio Ambiente de Mucuri manifestou desejo de que fosse cumprida a lei do Plano Diretor municipal, que prevê que todas as estradas do município

deveriam observar a largura mínima de 15 m para cada lado, a partir do eixo da estrada.¹ O representante da Suzano considerou que a dificuldade de orientação não está no tráfego de carretas e sim no fato de ser estrada de terra. A representante da Fibria argumentou que não se pode colocar todo o ônus na empresa, que a sinalização do manejo deve ser feita pela empresa, mas que a sinalização da localidade é obrigação do poder público, das prefeituras.

O secretário executivo ponderou que a sinalização da estrada poderia ser considerada não como obrigação, mas como responsabilidade social das empresas, pois as pessoas se perdem mais quando há corte de eucaliptos, problema que se manifesta também nas estradas que ligam a BR 101 a Caraíva, no município de Porto Seguro, na área de influência da Veracel; pontuou que o Fórum Florestal não se pauta pelo o que é ou não responsabilidade do poder público, mas aos impactos da silvicultura que podem ser mitigado pelos acordos aqui construídos.

A representante da Veracel, ressaltando que este assunto vem sendo avaliado por eles há três anos, manifesta dificuldades de interferir em áreas que competem ao poder público; frisou também que o plantio a partir dos 15 metros do eixo central da estrada pode ficar incoerente em relação a outros municípios que não sejam o de Mucuri. Em concordância com esta observação, o representante da Suzano falou que apenas Mucuri tem uma lei que define o recuo da estrada, mas que outros não têm e, por este motivo, seria preciso estudar a questão com maior detalhe. O secretário executivo notou que não estava se falando de todas as estradas, mas das que dão acesso ao litoral, solicitando aos representantes das empresas que consultassem o DNIT e municípios sobre o assunto, para avançar em direção a resultados na reunião do GT. Quanto ao acordo sobre sinalização das estradas, afirmou que o colegiado esperará a proposta das empresas sobre o assunto, mas observou que o Plano Diretor de Mucuri é lei e que a mesma deveria ser cumprida pela Suzano e Fibria. O Secretário de Meio Ambiente de Mucuri advertiu que o vento forte causa derrubada de muitas árvores, que chegam com facilidade a 30 metros de altura. A representante de Costa Dourada declarou que também já ficou perdida na Estrada do Picadão, sem conseguir identificar se era a via principal ou talhão de eucalipto mais largo, sem encontrar nenhuma placa de sinalização e acabou indo parar em Pedro Canário, ao que o representante de Mucuri complementou dizendo que até com GPS é difícil se orientar na Estrada do Picadão.

A respeito do material a ser utilizado nas placas de sinalização, o representante da ASCBENC sugeriu madeira, que contribuiria para que as mesmas não fossem roubadas; pelo mesmo motivo, a representante de Costa Dourada propôs plástico reciclado. A representante da Veracel recordou que a empresa fez mais de 30 placas adesivadas para a estrada de Caraíva e que após 2 meses só restavam 10 e em 6 meses não tinha mais nenhuma. O outro representante da Veracel falou da importância das campanhas de conscientização e que os casos não devem ser generalizados.

Ao final da exposição, a representante de Costa Dourada recomendou às empresas Fibria e Suzano que veiculem programas educativos e informativos, como Telecurso, nos ônibus que transportam os funcionários até os locais de corte e manejo. Segundo ela, os funcionários irão sofrer um processo de transformação e a iniciativa não vai onerar as empresas.

¹ Posteriormente o secretário verificou que a lei se refere não apenas a 15 metros, mas estipula uma faixa de 10 metros para cada lado, a partir do eixo da via.

O secretário executivo propôs que as empresas levassem a proposta inicial de acordo do Fórum Florestal, definindo a calha de 30 metros nas estradas principais de acesso ao litoral em todas as situações de interferência da silvicultura com a economia do turismo, proposta inicial referendada pela plenária.

7. Afastamento de plantios no litoral

O grupo de estudos apresentou o texto do acordo para avaliação e deliberação da plenária. Após debates e ajustes sugeridos, o texto final foi aprovado pela plenária, com a seguinte redação:

Os atuais plantios em terras próprias das empresas nos municípios do Extremo Sul da Bahia serão recuados em 300 metros das bordas de falésias e, na ausência destas, da linha de preamar, de acordo com o cronograma de colheita. Para novas áreas de plantios em terras próprias nestes municípios serão desde já respeitados o recuo determinado por este acordo.

O uso e ocupação do solo nas áreas recuadas serão objeto de plano específico, elaborado com metodologia participativa de planejamento, com inclusão das comunidades e organizações locais nas decisões sobre uso social da terra, prevenção e reversão de invasões.

O plano será realizado em até 18 meses a partir da data deste acordo. Não será efetivado nenhum recuo até a finalização deste plano.

Não serão fomentados novos plantios que ultrapassem os limites deste recuo em terras de terceiros ou renovados contratos antigos de fomento nestas áreas recuadas. A exceção dos contratos antigos de fomento, citados acima, não haverá compra de madeira para celulose na faixa de recuo objeto deste acordo.

Onde houver recuo, haverá sinalização para caracterização das áreas de preservação permanente do litoral, bem como das áreas a serem recuadas.

O acordo tem validade a partir da data desta reunião: 20 de junho de 2012.

No prosseguimento do debate sobre o tema, o secretário executivo lembrou que o acordo sobre afastamento de plantios no litoral diz respeito principalmente à Suzano e a Fibria, já que, nas atuais circunstâncias, a Veracel obedece a condicionantes específicos que impedem plantios, fomento florestal e compra de madeira para celulose a menos de 10 km da linha de costa. Por já estar instituída a APA municipal de Costa Dourada, onde está a maioria dos plantios da Fibria e Suzano, o secretário avalia que é possível uma negociação mais rápida com este município. Em seguida, o ex-secretário de Meio Ambiente de Mucuri discorreu brevemente sobre a criação da APA Costa Dourada, Lei Municipal 274/1999, com área de aproximadamente 3.500 hectares. Falou que é necessário um compromisso de revegetação na área para não ser passível de invasão. Sobre o problema destas invasões, observado durante a visita técnica do GT, a representante da Fibria informou que setor jurídico entrou com ações de reintegração de posse das áreas da empresa invadidas e que já foram deferidas pela Justiça, necessitando apenas que o oficial de Justiça notifique os invasores, com a conseqüente derrubada das casas construídas irregularmente.

O secretário executivo lembrou que a APA ainda não possui o Plano Diretor nem Conselho Gestor para existir de fato. Avaliou que é preciso estipular prazo para construir o Plano Diretor, para inclusão no orçamento de 2013. E pontuou que não será feito nenhum recuo ou corte até a finalização do Plano Diretor. O representante de Oliveira Costa argumentou que com a

invasão por pessoas de outras localidades ou estados, além da mudança da paisagem, a comunidade perdeu áreas tradicionais de acesso ao litoral e hoje tem que pedir licença para invasores quando necessitam acesso ao mar. Destacou que o problema é competência das empresas, governo municipal, estadual e federal e reforçou que os pescadores da região não estão invadindo, mas pessoas de fora; enfatizou que, antes do recuo, deve ser elaborado um plano de ocupação da área, definindo as áreas de preservação, área para pescadores e áreas para uso socioeconômico; exemplificou com a área cedida em comodato há 10 anos pela Suzano para a Associação de Moradores de Oliveira Costa, que a comunidade cuida e ninguém vendeu ou invadiu; avaliou que, para coibir invasões, as empresas devem doar áreas e capacitar as pessoas para cuidar e recuperar as mesmas e que desta forma ninguém invade, nem de fora, nem da região.

O secretário executivo, por sua vez, concordou que realmente é necessário um plano de ocupação e uso do solo, com a implementação do recuo apenas após a conclusão do plano. A representante de Costa Dourada reiterou a necessidade do reflorestamento das áreas de recuo com espécies nativas. O ex-secretário de meio ambiente de Mucuri afirmou que é preciso fazer um plano de manejo para deixar claro o que será feito na área, com supressão da vegetação atual (eucalipto) e recomposição com vegetação nativa; lembrou que esta é uma discussão antiga e que as empresas já fazem o monitoramento da área e vão continuar monitorando, e que poder público também deve monitorar a área; informou que há alguns anos cinco pessoas conseguiram manter a área sem invasão e emendou que é preciso ter uma visão mais efetiva sobre a região de Costa Dourada ou então ter mais 7 anos de prejuízo.

O secretário executivo enfatizou que os acordos e iniciativas do Fórum não podem depender do poder público mas podem contribuir integração de objetivos e resultados; lembrou que o afastamento dos plantios pode constituir peça importante para o plano de manejo da APA e que seria possível a constituição de um convênio para integrar as duas iniciativas, destacando que nenhum plano poderia ser feito à revelia do poder público municipal.

Nesta direção o debate se encaminhou para a possibilidade de catalisar a implantação do sistema de gestão da APA municipal. O Secretário de Meio Ambiente de Mucuri apresentou sua dúvida se o conselho seria instituído como instância deliberativa ou consultiva. A representante do IBIO relatou sua experiência na formação de conselhos gestores de APAs na Bahia, o que sempre demandou uma série de reuniões prévias para identificar os representantes potenciais no conselho gestor, tendo o Secretário de Meio Ambiente argumentado que isto não seria possível neste período, em virtude da legislação eleitoral. A representante de Costa Dourada disse que, junto com o representante de Oliveira Costa e das empresas, poderiam reunir representantes das associações, empresas e poder público para dar o pontapé inicial no conselho gestor e que vai ter muito trabalho pela frente. A representante do IBIO concordou que reuniões em cada associação, em cada setor, é o primeiro passo para a formação do conselho gestor, que deve conter representantes do poder público (municipal, estadual e federal), das organizações da sociedade, associações e empresas, sugerindo que o convite pudesse vir de uma Unidade de Conservação presente no município, como o caso da REBIO do Córrego Grande; ressaltou ainda que o ideal seria a constituição do conselho gestor após as eleições, para não envolver questão política eleitoral. O representante de Oliveira Costa destacou que já teve diversas conversas com as pessoas que invadiram a região de Costa Dourada e que todos sabem que estão dentro da APA. O secretário executivo reiterou que o Fórum Florestal pode contribuir para a constituição do conselho gestor da APA Costa Dourada, seja através de integração de iniciativas, seja através

de alguma de suas organizações. Ao final do debate, houve concordância da plenária que este processo tivesse início após o período eleitoral.

8. Informes e resultados do GT Integração

O secretário executivo apresentou a planilha síntese de atividades e prioridades do Fórum propostas pelo GT (em anexo), a partir de linhas prioritárias definidas no plano estratégico de fevereiro de 2011 e dos principais temas abordados em plenária nas diversas reuniões do Fórum. Foram apresentadas 13 iniciativas prioritárias e, em consulta à plenária, deliberou-se que estas podem ser sintetizadas, pelo Grupo de Trabalho, em três ou quatro projetos estruturantes, em função de afinidades temáticas e oportunidades de financiamento, além do monitoramento dos acordos, que poderão ser incorporados aos processos de certificação das empresas e fomentados. Para viabilizar esta proposta, haverá contatos do Secretário Executivo com as organizações certificadoras.

9. Monitoramento da cobertura florestal – posicionamento da Suzano e Fibria

O secretário executivo indagou dos representantes da Suzano e Fibria se tinham alguma resposta sobre a sugestão feita de as duas empresas realizarem um monitoramento independente da cobertura florestal nos moldes do efetuado pela Veracel, que deverá ser apresentado na próxima reunião do Fórum Florestal. A representante da Fibria argumentou que a empresa precisa ter noção do custo deste estudo, mas que não tem orçamento para este ano, pontuando que a Veracel fará uma reunião com técnicos do geoprocessamento da Fibria e Suzano para apresentação do projeto. O representante da Suzano disse que a empresa contratou estudo similar a ser elaborado pela TNC, que poderá apresentar a metodologia em uma próxima reunião do Fórum Florestal.

10. Encontro de organizações do Fórum Florestal com Governo da Finlândia

O secretário executivo fez o informe da participação de organizações do Fórum Florestal com representantes do Governo da Finlândia em reunião no dia 15 de junho, no Centro de Convenções do Arraial Eco Resort. Participaram do encontro a Ministra do Desenvolvimento da Finlândia, Heidi Hautala, assessores de seu gabinete, representantes das empresas Solidium e Stora Enso, além de 11 organizações do Fórum Florestal. O secretário executivo esclareceu que a Solidium é uma empresa pública finlandesa de investimentos, equivalente ao BNDES Par, e que a Ministra de Desenvolvimento da Finlândia é vinculada ao Partido Verde finlandês e europeu. Informou que o convite para a reunião foi feito para três instâncias (Fórum Florestal, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Comitê do Mosaico). Em seguida, franqueou a palavra para depoimentos dos membros do Fórum presentes ao encontro.

A representante do IBIO considerou muito boa a iniciativa dos representantes da Finlândia em conhecer *in loco* os impactos da atividade da Veracel na região, procurando a opinião das pessoas sobre o que a empresa representa para a região; reafirmou o que havia dito no encontro — que muitos dos impactos negativos recentes na região não eram de responsabilidade da Veracel, entre estes o inchaço das cidades, causado pela falência da região cacauera, quando pessoas saíram do campo e foram para onde havia mais oportunidades de trabalho, como Porto Seguro, Ilhéus e Itacaré; acrescentou que os prefeitos no início consideravam a Veracel como salvadora da pátria, mas que nenhuma empresa vai salvar a sociedade. Sobre os problemas ambientais da região, questionados pela ministra Heidi Hautala, respondeu que ainda há caça ilegal, desmatamento das unidades de conservação e

que é preciso ter nova perspectiva para produção de madeira voltada para uso múltiplo, além de reforçar a agricultura familiar, para segurança alimentar e produção de excedentes para o mercado regional; destacou o trabalho no distrito de Ponto Central, que não apresenta grandes resultados, sem produtividade ou comercialização, citando como exemplo positivo o Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) da Fibria.

Para o representante da Ascae a reunião teve nível elevado, tanto por parte das organizações sociais quanto dos visitantes; avaliou como muito boa a diversidade de representantes, muito mais até que a visita. O secretário executivo concordou com a posição da Ascae e informou que, após as conversas que se seguiram, tanto os representantes do governo da Finlândia ficaram surpresos, pois não esperavam que houvesse um diálogo estruturado entre as organizações e a empresa, quanto os representantes da Stora Enso, bem impressionados com a maturidade das organizações; observou ainda que o mesmo já havia sido notado na apresentação do Fórum Florestal no seminário *New Generation Plantations* – NGP, organizado pelo WWF em março deste ano, quando os visitantes declararam não conhecer outra experiência semelhante.

O secretário prosseguiu relatando o sentimento de vários membros do Fórum que consideram que o saldo é muito mais positivo para as empresas, que não vêm benefícios para as demais organizações, o que coloca em risco a própria continuidade do Fórum Florestal; este aspecto define um dos objetivos desse ano, que é o de contribuir para a profissionalização dessas organizações, para que a região tenha seu estoque de capital social mais fortalecido. Informou a negociação do Programa Mata Atlântica 2, do BNDES, tem potencial para trazer algumas dezenas de milhões de reais para investimento em restauração florestal na região, complementado por eventual projeto de carbono florestal, o que se constitui como oportunidade de fortalecimento das organizações locais.

O Secretário de Meio Ambiente de Mucuri questionou se o programa do BNDES contempla planos municipais, ao que o secretário executivo respondeu que o sistema poderá ter o poder público como um dos agentes indutores, com a possibilidade de integração através de Plano Municipal Mata Atlântica, lembrando, no entanto, que nenhuma organização sem fins lucrativos tem capacidade de captar recursos desta monta, o que coloca as empresas em posição estratégica para um projeto de fortalecimento institucional na região.

Após o relato, não houve deliberação da plenária.

11. Manejo de plantios para conectividade florestal (Veracel)

A respeito deste tema, o secretário executivo relatou que foi solicitado ao representante da Suzano que organizasse reunião entre as três empresas para alinhamento de metodologia de manejo diferenciado dos plantios e cortes em mosaico nos corredores ecológicos da região, uma vez que só a Veracel não possui sistema de manejo diferenciado com este fim. Esta reunião dará subsídios para proposta de acordo, a ser definida pelo GT.

12. Palavra aberta e finalização da reunião.

O Secretário de Meio Ambiente de Mucuri utilizou o espaço dos informes para abordar o Projeto Balsa, que visa interligar a sede do município às comunidades de Nova Brasília, Cruzelândia, Oliveira Costa, Rio do Sul e Costa Dourada. Destacou que a construção da balsa facilitará o acesso a serviços públicos, como, por exemplo, o atendimento dos agentes de saúde ou a fiscalização ambiental, além de colaborar com o turismo no município; em seguida

questionou se as empresas não estariam interessadas em se tornar parceiras do projeto e financiar parte da obra. Como encaminhamento para o assunto, a representante do Ibio sugeriu que o representante do meio ambiente de Mucuri encaminhe para as empresa Fibria e Suzano um ofício e projeto contendo os custos e os benefícios da referida obra com copia para o Fórum Florestal, o que seria avaliado após o período eleitoral, encaminhamento aprovado pela plenária.

Finalizando a reunião, o secretário executivo aproveitou para fazer alguns esclarecimentos à plenária quanto sua contratação pelo Ibio, com carga horária de 10 horas semanais, para representação da ONG nos fóruns regionais, a exceção do Fórum Florestal, solicitando à plenária que o a ajude a explicitar e equacionar eventuais conflitos de interesse que possam surgir. Em seguida a reunião foi encerrada.